

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH CENTRO INTEGRADO DE INCLUSÃO E REABILITAÇÃO - CIIR (CNPJ 23.453.830/0017-37) (EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais))									
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ATIVO CIRCULANTE	Notas	2024	2023		Patrimônio Social	Super./ (Déficit) Acumulado	Total		
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.570.822	10.556.041		Saldos em 31/12/2022	18.046.983	(5.304.910)	12.742.073	
Contas a receber	5	5.888.076	-		Incorp. ao Patrim. Social	(5.304.910)	5.304.910	-	
Estoques	6	1.757.888	1.856.929		Transferências	(1.850.000)	-	(1.850.000)	
Outros créditos		340.452	292.307		Superávlt/(Déficit) do Exerc.	-	(2.325.054)	(2.325.054)	
Despesas antecipadas		21.354	21.416		Saldos em 31/12/2023	10.892.073	(2.325.054)	8.567.019	
Depósitos judiciais	13	101.349	64.478		Incorp. ao Patrim. Social	(2.325.054)	2.325.054	-	
Contratos de gestão	3m	50.048.649	16.371.562		Superávlt/(Déficit) do Exerc.	-	5.864.719	5.864.719	
Total do Ativo Circulante		68.728.590	29.162.733		Saldos em 31/12/2024	8.567.019	5.864.719	14.431.738	
Não Circulante					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS				
Imobilizado - Próprio	7a	1.340.024	1.575.685		2024	2023			
Imob.-Contrato de Gestão	7b	2.927.386	3.049.838		ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Intangível - Próprio	7c	102.548	-		Superávlt / (Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)		
Intang.- Contrato de Gestão	7d	2.580	-		Ajustes para reconciliar o superávlt (déficit) do exercício com o caixa				
Total do Ativo não Circulante		4.372.538	4.625.523		Amortização	713.884	745.885		
Total do Ativo		73.101.128	33.788.256		Transferências	-	(1.850.000)		
PASSIVO E PATR. SOCIAL CIRCULANTE					Provisões para Contingências	266.932	-		
Fornecedores	8	2.947.903	2.715.049		Superávlt/(Déficit) do Exerc. Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo	6.845.535	(3.429.169)		
Obrigações trabalhistas	9	1.704.243	1.554.990		Contas a Receber	(5.888.076)	4.610.882		
Obrigações sociais	10	267.241	258.638		Estoques	99.041	(247.005)		
Obrigações fiscais		168.148	155.714		Outros Créditos	(48.145)	(122.890)		
Outras contas a pagar	11	92.025	80.718		Despesas Antecipadas	62	(3.397)		
Partes relacionadas	12	160.149	102.315		Depósitos Judiciais	(36.871)	(25.229)		
Contratos de gestão	3m	50.048.649	16.371.562		Aumento / (Redução) do Passivo				
Total do Passivo Circulante		55.388.358	21.238.986		Fornecedores	232.854	502.875		
Não Circulante					Obrigações Trabalhistas	149.253	(72.638)		
Receitas diferidas	14	3.014.100	3.982.251		Obrigações Sociais	8.603	(3.362)		
Provisões para contingências	13	266.932	-		Obrigações Fiscais	12.434	43.490		
Total do Pas. não Circulante		3.281.032	3.982.251		Outras Contas a Pagar	11.307	80.718		
Patrimônio Social					Receitas Diferidas	(968.151)	(297.554)		
Patrimônio social		8.567.019	10.892.073		FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	417.846	1.036.721		
Superávlt (déficit) acumulado		5.864.719	(2.325.054)		ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Total do Patrimônio Social		14.431.738	8.567.019		Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(470.031)	(196.383)		
Total do Pas. e Patrim. Social		73.101.128	33.788.256		Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	9.132	-		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					FLUXO DE CX CONS. PELA ATIV. DE INV.	(460.899)	(196.383)		
Notas	2024	2023			ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Receitas Operacionais					Partes Relacionadas	57.834	1.818.548		
Serviços prest. pacientes SUS	55.397.836	42.201.091			FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	57.834	1.818.548		
Serviços prestados conv. e particul.	-	-			AUM. (RED.) LIQ. DE CX E EQUIV. DE CAIXA	14.781	2.658.886		
(-) Glosas	-	-			No início do exercício	10.556.041	7.897.155		
Receita Líquida	55.397.836	42.201.091			No fim do exercício	10.570.822	10.556.041		
Custos					Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Per.	14.781	2.658.886		
Serviços de terceiros	(28.153.227)	(22.812.117)			DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	(10.610.849)	(10.596.025)			2024	2023			
Materiais e medicamentos	(4.785.636)	(4.739.198)			Receitas	56.247.185	42.901.165		
Superávlt / (Déficit) Líquido	11.848.124	4.053.751			Serviços prestados pacientes SUS	55.397.836	42.201.091		
Despesas					Outras receitas e despesas	849.349	700.074		
Pessoal e encargos	(2.652.712)	(2.649.006)			(-) Glosas	-	-		
Serviços de terceiros	-	-			Insumos adquiridos de terceiros	(36.900.959)	(31.625.522)		
Impostos, taxas e contribuições	(8.123)	(12.097)			Serviços de terceiros	(28.153.227)	(22.812.117)		
Depreciação/amortização	(741.851)	(745.886)			Materiais e medic., Desp. gerais e adm.	(8.747.732)	(8.813.405)		
Despesas gerais e admin.	15 (3.962.096)	(4.074.288)			Valor adicionado bruto (1-2)	19.346.226	11.275.643		
Superávlt / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro	4.483.342	(3.427.446)			Retenções	(741.851)	(745.886)		
Financeira Líquidas					Depreciação/amortização	(741.851)	(745.886)		
Despesas financeiras	(33.836)	(24.415)			Valor adic. liq. prod. pela entid. (3-4)	18.604.375	10.529.757		
Receitas financeiras	565.864	426.733			Valor adic. recebido em transferência	565.864	426.733		
Superávlt / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas	5.015.370	(3.025.128)			Receitas financeiras	565.864	426.733		
Outras Despesas e Receitas					Valor adic. total a distribuir (5+6)	19.170.239	10.956.490		
Doações e subvenções	-	-			Distribuição do valor adicionado	19.170.239	10.956.490		
Outras receitas e despesas	849.349	700.074			Pessoal e encargos	13.263.561	13.245.032		
Superávlt/(Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)			Impostos, taxas e contribuições	8.123	12.097		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTE					Despesas financeiras	33.836	24.415		
Notas	2024	2023			Superávlt / (Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)		
Superávlt/(Déficit) do Exercício	5.864.719	(2.325.054)							
Outros resultados abrangentes	-	-							
Total Resultado Abrangente	5.864.719	(2.325.054)							
NOTAS EXPLICATIVAS									
1. CONTEXTO OPERACIONAL. a. Objetivos Sociais:									
O Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado, que contempla o CER IV, (CER) II e a oficina ortopédica. O complexo presta serviços de assistência médica, odontológica, reabilitação, capacitação, oficinas para produção de próteses, serviços de apoio e diagnósticos. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. b. Contrato de Gestão:									
Considerando o Contrato de Gestão nº 005/SESPA/2024 celebrado entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvidos no Centro Integrado de Inclusão e Reabilitação (CIIR), vigente até 15 de setembro de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. E reconhecida como Entidade de utilidade pública por:									
Âmbito	Legislação	Publicação							
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970							
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969							
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967							
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se em conformidade com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.									
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade:									
Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:									
As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 05 de Março de 2025. c. Base de Mensuração:									
As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:									
As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.									
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa:									
São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques:									
São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:									
Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição									

ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benefeitorias	10%
Instalações	10%
Eq. Pedagógicos	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Veículos	20%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

Taxa Anual de Amortização - %	
Direito de uso	20%
Software	20%

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f. Julgamentos e Estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. i. Provisões para Riscos Judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g. Auração do Superávlt/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h. Reconhecimento de Receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos

Continua...